

## O Brasil Meridional na *Formação Econômica do Brasil*

Pedro Cezar Dutra Fonseca<sup>1</sup>

### 1. A criatividade do estruturalismo na análise histórica

Muitas vezes já se repetiu que *Formação Econômica do Brasil* (FEB), de Celso Furtado, é obra-prima do estruturalismo latino-americano. Mas qual o significado desta afirmação: trata-se de mero (e merecido) elogio ou dela se pode extrair mais que isso? Entendemos que a resposta para esta pergunta pode auxiliar na análise sobre a contribuição trazida pela referida obra ao estudo da formação econômica e social brasileira, mesmo sobre temas marginalmente nela abordados, como é o caso da formação histórica do Brasil meridional, em especial a do Rio Grande do Sul, objeto deste artigo.

Quanto a ser obra-prima, não há dúvidas quanto ao motivo: trata-se de trabalho pioneiro, inovador, definitivo ao marcar profundamente todos os que se debruçaram sobre o tema após ele. Mais que conclusões definitivas, FEB trouxe à liça novas hipóteses e interrogações que desbravaram caminhos e instigaram pesquisas posteriores. Quanto à perfilhação, marcou por consagrar a utilização, em um estudo histórico, de pontos caros ao estruturalismo cepalino, e com isto firmou nova abordagem ou estilo de interpretação.

Nota-se, em primeiro lugar, que à primeira vista o livro sugere ao leitor não estar fixado em qualquer paradigma. Não há um capítulo inicial que

---

<sup>1</sup> Professor Titular do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde atualmente é Vice-Reitor; Pesquisador do CNPq. Agradeço a colaboração do bolsista de Iniciação Científica André Augustin. **Publicado em: Coelho, Francisco da Silva e Granziera, Rui Guilherme (org.). *Celso Furtado e a Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Atlas, 2009. p. 116-125.**

explícite método, hipóteses ou referencial teórico. Nele vão aparecendo termos teóricos e categorias das mais diferentes escolas de pensamento. Não fogem aos tradicionais, e comuns à economia neoclássica, como oferta, demanda, elasticidade, fatores de produção; todavia, a análise não se restringe a qualquer visão estática ou de equilíbrio. Há quem o considere inspirado em Keynes: escrito em boa parte em Cambridge, o livro marcadamente assume uma economia com papel relevante à demanda agregada, a qual comanda as decisões e as escolhas de investimentos ao longo do tempo, e com isso conformam, no longo prazo, a estrutura econômica do país e sua inserção na economia internacional. É indiscutível a influência keynesiana nos capítulos 31 a 33, assentados na idéia de multiplicador, embora a releitura furtadiana seja inovadora: não se trata de multiplicador dos investimentos privados ou de gastos em obras públicas, mas das exportações, posto que decorre da decisão governamental de colher o café e financiá-lo com crédito e, assim, contribuir para manutenção do nível de renda nominal e contra-arrestar os efeitos da crise internacional iniciada em 1929. Se esta influência é indiscutível, também é indubitável que o livro a ultrapassa: assume como determinantes variáveis como tecnologia, técnicas de produção, formação de capital e mudanças institucionais no mercado de trabalho – as quais são ausentes ou consideradas como “dadas” no modelo keynesiano de determinação da renda, posto que de curto prazo.

Ainda há os que procuram associá-lo a abordagens marxistas. A obra, todavia, não lança mão nem de categorias e de termos teóricos necessariamente integrantes de qualquer análise que se pretenda marxista, como modo de produção, mais valia, taxa de exploração, nem faz uso das tendências a longo prazo propostas por Marx, como a elevação da composição orgânica do capital e da queda da taxa de lucro. Por outro lado, seu propósito maior - a reconstituição dos marcos econômicos definidores da sociedade brasileira, com centralidade na divisão internacional do trabalho que consagra a assimetria entre países “centrais” e “periféricos” - sempre aproximou cepalinos e marxistas, embora estes a vinculassem ao fenômeno do imperialismo, ou seja, decorrência da reprodução do próprio modo de produção capitalista em seu desenvolvimento, tal como formulada por autores como Lenin, Hobson ou Rosa Luxemburg, tese a rigor ausente do pensamento cepalino. Mas, mesmo em abordagem diversa da dialética hegeliana, o dualismo presente nas análises estruturalistas sempre possibilitou um diálogo com os marxistas. Caio Prado Jr. já em 1942, em *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia*, elaborara a diferença entre “economia colonial” e “economia nacional”, firmando uma linha de interpretação dualista que

facilmente se transpunha ao pensamento estruturalista latino-americano<sup>2</sup>. Por outro lado, como afirma Belluzzo em prefácio recente a FEB, esta se aproxima a Marx ao entender que “são as formas mais avançadas que ‘explicam’ as pretéritas, e não o contrário” (Furtado: 2007, p. 11).<sup>3</sup>

Destarte, a polêmica em torno da inspiração teórica da obra faz sentido. E, para desgosto dos “metodólogos puristas”, esta ganha novo foro e patamar justamente por recorrer a esta convivência do diverso, com o aproveitamento de diferentes marcos teóricos, o qual constitui uma das marcas indelévels do pensamento cepalino<sup>4</sup>. A possível “mescla” de *approaches*, antes de ser aspecto desmerecedor, deu veia a um rico ecletismo. Seus principais autores, como Furtado e Prebisch, para lembrar os próceres, sempre parecem ter assumido, implícita ou explicitamente, a proposta de recorrer aos mais diversos autores e neles buscar o que fosse relevante para o entendimento dos problemas e dos desafios então vivenciados pelos países da América Latina. Com isso, o estruturalismo acabou por criar algo novo e assentar sua linha interpretativa na proposta metodológica de buscar o particular e o específico numa formação histórica concreta – algo semelhante à Escola Histórica Alemã, mas mesmo neste aspecto não deixa de inovar: ao contrário desta, não adota o indutivismo como método nem prescinde de teorias, tentação presente entre os membros mais radicais do historicismo e do empirismo positivista europeu, posto que recorre a teorias, busca “adaptá-las” ou testar seu alcance. Ou seja: o entendimento da problemática latino-americana como histórica e particular não ensejou o paroxismo tentador de desdenhar dos modelos teóricos nem o entendimento que deles se poderia prescindir.

Como fica claro a partir da leitura de Celso Furtado (1983: p. 71-72) – e é explicitado por ele -, o estruturalismo latino-americano pouco tem a ver com seu homônimo francês. Para iniciar, enquanto este, com Lévi-Strauss à frente, configurou-se como uma corrente principalmente nos campos da

---

<sup>2</sup> Não se pode confundir o dualismo presente no estruturalismo do aparentemente semelhante encontrável nas análises marxistas. Enquanto no primeiro se trata mais de uma tipologia, nestas a dualidade traz consigo a noção de contradição, ou seja, de movimento que compreende uma unidade de contrários. A tentativa mais bem sucedida e criativa de aproximá-los, mas com inspiração mais forte no materialismo histórico, foi a meu ver a de Ignacio Rangel. Veja-se, p. e.: Rangel (1981).

<sup>3</sup> Todas as referências a seguir onde aparece apenas o número da página foram daí extraídas.

<sup>4</sup> Em outro trabalho (Fonseca, 2000), procurei investigar as correntes teóricas que mais contribuíram originariamente para a formação do pensamento cepalino, captadas através do estudo empírico de seus principais autores, entre os quais Furtado. Dentre essas, mencionam-se: as exceções ao liberalismo presentes já em autores “clássicos”, como Smith e J. S. Mill, a Escola Histórica Alemã e o positivismo, além de Keynes. A essas se devem acrescentar os autores coevos à própria elaboração teórica da CEPAL, dos anos 1950 e 1960, como Perroux, Nurske e Myrdal.

sociologia e da antropologia, na América Latina foi um fenômeno nitidamente da economia. Para Furtado, este seria mais tributário de Perroux e Max Weber. O estruturalismo latino-americano admitia trabalhar com modelos, assumindo-os como simplificações da realidade; todavia, defendia a necessidade de se dar um segundo passo metodológico, ao propor ir além da abstração e inserir o objeto econômico no tempo e no espaço. Desta forma, os parâmetros do modelo passariam a ser incorporados na análise, ao contrário do que ocorre na teoria convencional, a qual os consideraria como “dados”. Os parâmetros petrificam as relações históricas e institucionais; por isso o estruturalismo teria como proposta pôr em evidência estes fatores extra-econômicos, ao transformar as “constantes em variáveis” e ao incorporar o tempo aos modelos, ou seja “dinamizando-os”.

A idéia de “dinamizar os parâmetros” significava, na prática da análise econômica, recorrer à formação histórica para captar linhas determinantes e definidoras de longo prazo, bem como a variáveis de natureza institucional. Embora tal procedimento metodológico possa, à primeira vista, lembrar o marxismo, há diferenças significativas entre ambos. A busca de marcos estruturais na formação histórica induzia o pesquisador, conscientemente ou não, a que se debruçasse com mais vigor nas continuidades, nos elementos de permanência, de forma a se detectarem “parâmetros” que contrastavam a formação latino-americana com relação a outros lugares (a comparação entre a formação colonial da América Latina e a dos Estados Unidos é clássica na FEB). O materialismo histórico, por seu turno, enfatiza a transformação e tem como um de seus pontos mais caros os princípios de negação e de contradição – estranhos ao estruturalismo, mais próximo a Weber que à dialética hegeliana. Desta forma, havia certa aproximação metodológica entre estruturalistas e marxistas, já que ambos ressaem a importância da história, das instituições e das “variáveis extra-econômicas”, sem contar certa simpatia política, posto que ambos se assumiam críticos do *status quo*, pois defensores de pontos programáticos comuns de suma importância no debate intelectual das décadas de 1950 e 1960, como planejamento, reforma agrária, estrangulamento externo e redistribuição de renda, por exemplo. Esta aproximação também se materializava na análise histórica propriamente dita: a divisão internacional perversa à periferia, o dualismo entre o “atrasado” e o “moderno” e, sobretudo, a pretensão de encontrar a lógica subjacente a acontecimentos históricos aparentemente independentes ou desconectados. Esta é um objetivo que permeia a arquitetura da FEB e na qual se insere a abordagem sobre a economia do sul do Brasil.

## 2. A inserção do Sul na economia brasileira

O Brasil meridional não é objeto central na análise de FEB. Esta se debruça com primazia, como não poderia deixar de ser em uma obra pioneira, nas regiões hegemônicas em cada período histórico: a economia açucareira do nordeste, a mineração de Minas Gerais e o café do eixo Rio de Janeiro/São Paulo. Apesar de sua pretensão globalizante, felizmente não esquece, todavia, as regiões que tiveram em algum período desenvolvimento seja propiciado por produtos primários específicos (como a borracha amazônica ou o cacau da Bahia) seja com vínculos ao crescimento de outras – como a criação de gado no nordeste e a também ocorrida no sul do Brasil a partir de meados do século XVIII, associada à economia mineradora. A definição vaga de “sul do Brasil” às vezes lembra o que hoje seriam os três estados oficialmente pertencentes à Região Sul (v.g., p. 193) ou simplesmente, no início do povoamento, às terras localizadas em território luso ao sul de São Vicente.

Há uma tese que permeia toda a obra: as regiões de desenvolvimento mais expressivo vinculavam-se à demanda externa, onde houvesse, em períodos específicos, maior expansão de renda e de acumulação de capital. Todavia, eram economias ultra-especializadas, com propensão a alocar todos seus recursos, especialmente terra e mão-de-obra, na atividade econômica principal e responsável por maior dinamismo. Passavam, com isso, a exigir que outros produtos, como de subsistência, fossem supridos por outras regiões. Com isso fomentava-se a ocupação territorial: “A etapa da rápida expansão da produção de açúcar, que vai até a metade do século XVII, teve como contrapartida a grande penetração nos sertões. Da mesma forma, no século XVIII a expansão da atividade mineradora comandará o extraordinário desenvolvimento da criação no sul” (p. 99 – grifos meus). Ao gosto do dualismo metodológico, ressalta-se que havia “a separação” de duas atividades econômicas distintas; e, da mesma forma que no nordeste, a atividade criatória dera lugar a uma economia *dependente*, com características radicalmente das atividades açucareiras. Lembra que a atividade criatória é por natureza mais itinerante, exigia poucas inversões fora do estoque de gado e “induzia a uma permanente expansão – sempre que houvesse terras por ocupar – independentemente das condições de procura” (p. 96). Estes fatores favoreciam a ocupação de novas terras e ajudam a entender a ocupação do sul do território luso na América.

Nos primeiros séculos, a estratégia de colonização metropolitana relegara o sul do Brasil a segundo plano. No auge do mercantilismo, não possuía metais preciosos e, com clima temperado similar ao europeu, pouco se prestava para o cultivo de plantas tropicais, como a cana de açúcar. A região ao sul de Laguna pertencia à Espanha pelo Tratado de Tordesilhas e nos dois primeiros séculos após 1500 era tida como “terra de ninguém”, zona de disputa e só mais tarde valorizada pelo gado criado pelos jesuítas na região missioneira. Estes expulsos, o gado reproduziu-se à solta e veio a se constituir na maior riqueza da região a partir de meados do século XVIII. Segundo Furtado, as atenções à região começou com a crise das atividades açucareiras, com a concorrência das Antilhas: “O empobrecimento da região açucareira, ao reduzir o mercado de escravos da terra, repercutiu igualmente na região sulina, escassa de toda mercadoria comercial. Os couros, que há muito se exportavam também pelos portos do sul, aumentaram então sua importância relativa, e os negócios de criação passaram a preocupar os governos portugueses de forma crescente” (p. 111). Assinala, ainda, que os couros passaram por essa época por valorização crescente, e a atividade era uma das poucas que não se abalaram com a concorrência das Antilhas, embora sofresse com a concorrência da região platina. Assim, em 1680 os portugueses fundaram a Colônia do Sacramento na região da Cisplatina, tentando contrabalançar a hegemonia hispânica na região, e lá permaneceram por quase um século, embora com interrupções.

O sul do Brasil passou, então, a ser decisivo mais por razões políticas que propriamente econômicas: “(...) a imigração fora financiada pelo governo português, que pretendia criar colônias de povoamento com objetivos políticos” (p. 118). Mas esta primeira tentativa de colonização não alcançou os resultados esperados. Foi somente com a mineração que, definitivamente, o sul do Brasil se integrou à economia da colônia – a qual Furtado chega a denominar “revolução”: o gado passa ser valorizado tanto para alimentação como para transporte (mulas), induzido pelo alto nível de renda da economia mineradora (p. 121-2) . Contou para isso também o fato de que esta florescia em uma região de altitude, montanhosa, carente de sistema de transporte. Dependia de abastecimento por terra, o que fomentava a necessidade de transporte de carga. Dezenas de milhares de mulas eram levadas a cada ano do Rio Grande do Sul a São Paulo, local onde se reuniam compradores para atender a demanda de diferentes regiões: “Desse modo, a economia mineira, através de seus efeitos indiretos, permitiu que se articulassem as diferentes regiões do sul do país” (p. 122). Nota-se que nestas, e mesmo em Mato

Grosso, a pecuária não apareceu como consequência da mineração (ao contrário do verificado no Nordeste, à época do açúcar), pois a *preexistiu*. O que ocorreu foi a valorização e a expansão de uma atividade econômica já existente, logrando abrir “um novo ciclo de desenvolvimento” ao elevar substancialmente a rentabilidade da pecuária e, com isso, a induzir a uma utilização mais ampla das terras e do rebanho (p. 123).

O Brasil meridional integrou-se à economia brasileira, então, de forma diversa de outras regiões do país. Ao contrário das economias cujo povoamento e valorização deram-se por exercer uma atividade exportadora, ou voltada “para fora”, junto “ao núcleo mineiro estava o *hinterland* pecuário sulino, que se estendia de São Paulo ao Rio Grande” (p. 138). Ou seja, voltava-se “para dentro”, ao destinar sua produção a outras regiões da colônia, o que lhe assegura uma formação histórica peculiar. Esta lhe configura certas *características estruturais próprias*. Seguindo a tipologia dos primeiros capítulos da FEB, pode-se afirmar sua maior proximidade com colônia de povoamento do que com colônia de exploração: sua ocupação decorrerá preponderantemente de motivos políticos e militares, já que não havia nenhuma atividade econômica fundamental que a atrelava diretamente à metrópole, ou que motivara sua posse e defesa territorial.

### **3. A imigração e a emergência da economia colonial**

A partir de meados do século XVIII vários acontecimentos internacionais refletiram-se na economia brasileira: a guerra da independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa, as guerras napoleônicas e a revolução dos escravos no Haiti somam-se à Revolução Industrial inglesa e à diminuição local da produção de ouro, uma “crise de oferta” que marcará a decadência da economia mineradora. Mas enquanto a economia açucareira ganhava novo fôlego com a desorganização da produção antilhana e a desarticulação do império espanhol na América, no sul do território brasileiro, segundo Furtado, a crise do ouro levou à decadência da região pecuária do sul “a qual atravessará prolongado período de dificuldades internas” (p. 140). Não fosse a vinda da família real, em 1808, com o “clima geral de otimismo” gerado pela transferência do governo português e pela abertura dos portos, a percepção da crise seria muito maior.

Todavia, argumenta Sandra Pesavento (1980, p. 16), embora a crise da mineração tenha abalado as atividades criatórias do Rio Grande do Sul, posto que seu maior mercado consumidor, daí não se segue que esta economia tenha entrado em decadência. Duas atividades novas foram introduzidas nessa época: o charque o trigo. O primeiro foi introduzido no último quartel do século XVIII, teve rápido desenvolvimento e tornou-se a maior riqueza da província durante o Império, ao liderar, juntamente com os couros, as exportações. Já o trigo foi introduzido pelos imigrantes açorianos e cultivado na região central, próxima à laguna dos Patos, e aparece nas exportações gaúchas a partir de 1780. Durante três décadas e meia ocupou lugar destacado nas exportações, mas uma série de dificuldades - precariedade técnica, cultivo rudimentar, pragas e forte concorrência externa, sem contar decreto da Coroa de 1793 que proibira a entrada do produto brasileiro por concorrer com as ilhas atlânticas – levaram a sua decadência já na segunda década do século XIX.

Um das teses consagradas de FEB é o baixo crescimento brasileiro na primeira metade do século XIX. O período compreendido entre o processo de independência política e as regências é visto como de pouco dinamismo econômico, para não dizer de estagnação e decadência, chegando a defender “a indicação bastante clara de que a renda real per capita declinou sensivelmente” à época (p. 162). A invasão da Banda Oriental do Uruguai em 1815 por d. João VI, anexada ao Brasil com o nome de Província Cisplatina, acirrou a militarização do sul do país, principalmente com a guerra que levou a sua independência. Segundo Furtado, seu financiamento ocasionou expressivo déficit para o governo central justamente no período em que o Brasil se separava de Portugal, e forçou a emissão monetária, tendo o meio circulante mais que duplicado ao longo do decênio de 1820 (p.148). E nota-se claramente sua tendência em associar estas dificuldades econômicas à proliferação de revoltas em diversas províncias no período regencial, como a Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul e Santa Catarina: “As inúmeras rebeliões armadas do norte e a prolongada guerra civil no extremo sul são o reflexo desse processo de empobrecimento e dificuldades” (p. 147).

Mas também é nesse período, a partir de 1830, que o café começa a se tornar a grande fonte de riqueza do país. O crescimento rápido e progressivo de suas exportações possibilitou novo alento às províncias sulinas. Coerente com sua tese segundo a qual houvera decadência a partir da mineração, Furtado vê o café como a fonte impulsionadora da riqueza econômica que iria colaborar de aí em diante para acalmar as resistências



políticas e os ímpetus separatistas regionais: “Graças a essa nova riqueza forma-se um sólido núcleo de estabilidade na região central mais próxima da capital do país, o qual passa a constituir verdadeiro centro de resistência contra as forças de desagregação que atuam no norte e no sul do país” (p. 147). Assim, as províncias meridionais retomam seu papel de fornecedoras de gêneros para o centro do país, em reforço a sua “vocação” de produzir para o mercado interno. Do ponto de vista estruturalista, esta inserção histórica pode ser interpretada como a consolidação de uma tendência, uma “regularidade” cara ao método, a qual vai se materializar em parâmetros e emprestar a esta região características próprias. Estas marcam, inclusive, a formação de suas elites políticas, posto que as mesmas não se vinculam diretamente ao mercado internacional e, tudo sugere, mais abertas a visões diferenciadas do país, em comparação com as classes dirigentes hegemônicas – não raramente críticas à divisão internacional do trabalho e à especialização em alguns poucos produtos agrícolas com base na teoria das vantagens comparativas. Diante desses fatos, fica difícil não arriscar a hipótese que associa a formação econômico-social do Rio Grande do Sul à forte penetração do positivismo na província ao final do Império e, mais tarde, já no século XX, às origens da “Revolução de 1930” e do trabalhismo. Registra-se que, bem antes do processo de substituição de importações, em 1906, por ocasião da visita a esse Estado do recém eleito Presidente Afonso Pena, Vargas, ainda estudante de Direito, discursou nestes termos: “Quantas causas de estagnação pesam sobre um país novo, exaurido pela captação e fisco, sopeando o livre desenvolvimento das atividades industriais! Amarga resultante para quem se vê coato a comprar, manufaturados do estrangeiro, os gêneros da própria matéria-prima que exporta” (Correio do Povo, 16/08/1906, p.1; *apud*: Fonseca: 1989, p. 35).

Ademais, a referida tendência estrutural reforça-se com a imigração européia ao longo do século XIX. Neste aspecto, Furtado traça um paralelo, inicialmente, entre a imigração ocorrida nos Estados Unidos, “que nada tinha a ver com a oferta de mão-de-obra barata para as grandes plantações”, com a ocorrida para atender a falta de braços da lavoura cafeeira no Brasil (p. 182). Mas, a seguir, também contrasta esta imigração com a verificada no Rio Grande do Sul: como em alguns outros pontos do país, estas colônias “careciam totalmente de fundamento econômico”, posto que tinham “como razão de ser a crença na superioridade inata do trabalhador europeu, particularmente daqueles cuja ‘raça’ era distinta da dos europeus que haviam colonizado o país” (p. 183). Os alemães chegaram ao sul em 1824, localizando-se em São Leopoldo. Com o fim da guerra da Cisplatina, o

governo imperial procurou incrementar a ocupação do território gaúcho. As colônias ali instaladas desenvolveram uma economia diferente da pecuária da metade sul da província. Possuíam uma economia diversificada, assentada na pequena propriedade e na mão de obra familiar (Fonseca: 1983, p. 16).

Ao abordar esse novo fenômeno, mais uma vez evidencia-se a concepção estruturalista de Furtado, cujo modelo propõe que se detecte a hierarquia entre variáveis e regiões, de forma a separar o essencial do acessório e encontrar correlações estáveis, fundantes, mesmo que historicamente determinadas e sujeitas à transformação. Criadas à margem da economia hegemônica, portanto sem uma “função econômica” que lhe desse sentido – pois fruto de decisão estritamente política -, as colônias inicialmente viveram uma situação precária: “não havendo mercado para os excedentes da produção, o setor monetário logo se atrofiava, o sistema de divisão do trabalho involuía, e a colônia regredia a um sistema econômico rudimentar de subsistência” (p. 183). Só passariam a desenvolver-se se encontrassem razão de ser dentro da estrutura do sistema econômico. Fazia-se mister que se “dedicassem de imediato a atividades produtivas rentáveis”. Difícil seria, nesse sentido, que forças endógenas rompessem com sua estagnação; o restrito mercado local era incapaz de dar às colônias um dinamismo próprio. Por isso Furtado é enfático ao afirmar que a elas só restavam duas alternativas: “integrando a colônia nas linhas de produção de um artigo de exportação ou orientando-a de imediato para a produção de artigos que dispusessem de mercado no país” (p. 184).

Não é difícil perceber que a segunda alternativa foi a historicamente viável para as colônias sulinas. Não seria sensato produzirem café, pois teriam que concorrer com empresas que exploravam a mão-de-obra escrava. Sem contar o problema político, pois, lembra Furtado, nesta época a classe dirigente nacional já era fortemente influenciada pelo setor cafeicultor, o qual não via razão em subsidiar uma imigração que não lhe resolvesse a falta de braços e, além disso, viesse a concorrer no mercado do café. Assim, gradualmente vão encontrar seu nicho, qual seja, abastecer o mercado nacional, produzindo “para dentro”, como na época da mineração. Não obstante, ao contrário da economia pecuária, cujo desenvolvimento repousara em grandes extensões de terra – as estâncias -, com pouca utilização de mão-de-obra e assentada em um ou dois produtos de exportação (a não ser nas charqueadas, onde a falta de braços fez recorrer à escravidão), a economia colonial sulina conheceu a pequena propriedade e mão de obra livre, favorecida pelo alto crescimento demográfico vegetativo, pois este depende da

disponibilidade de alimentos, relativamente abundante na região de economia diversificada. E também contou para sua expansão com a disponibilidade de terras, de modo a sempre poder avançar para o interior, bem como do Rio Grande do Sul para o oeste de Santa Catarina e, mais tarde, do Paraná e Mato Grosso.

Destarte, do final do Império ao alvorecer da República, consolida-se no sul do país uma “economia colonial” que nada tem a ver com sua homônima da economia açucareira. Colonial, no caso, representava o oposto: não conhecia latifúndio, nem trabalho escravo nem monocultura de exportação. Definiam-se *parâmetros* que conformariam, de ali em diante, sua formação histórica, verificáveis até hoje nos estados da Região Sul do Brasil: melhor índice de Gini; indicadores sociais, como porcentagem de analfabetismo e mortalidade infantil, menores que a média nacional; menor incidência de doenças endêmicas e maiores possibilidades de ascensão social. A estrutura, assim, conforma-se historicamente e tende a consolidar desempenho de variáveis no longo prazo e a se prolongar historicamente: “Essa massa de população das regiões de colônias e o excedente virtual de produção de alimentos que nestas havia constituirão fatores básicos do rápido desenvolvimento da região sul do país em etapas subseqüentes, quando a expansão do mercado interno, ao impulso do desenvolvimento cafeeiro, criar os estímulos que anteriormente não existiam” (p. 193).

Essa tendência de expansão e de fortalecimento da economia colonial sulina reforça-se com o incremento da imigração na segunda metade do século XIX; no Rio Grande do Sul, a imigração italiana, a partir de 1875, expandiu e diversificou ainda mais a economia colonial. Registra Furtado que entre os censos de 1872 e 1900, o crescimento populacional do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso foi 127%, ou uma taxa anual de 3%, percentagem esta que foi de 1,2% para os estados nordestinos no mesmo período. (p. 210).

Por conseguinte, Furtado assinala (p. 208) que, do final do século XIX ao início do século XX, já se observava uma clara diferenciação entre regiões no Brasil, com o aparecimento de economias especializadas. A primeira é a economia nordestina, do açúcar e do algodão, a qual apresenta um dualismo, pois coexiste com áreas de subsistência, apresentando diferença significativa entre litoral e interior. A segunda compreende a economia de subsistência do sul. E a terceira, a economia cafeeira. A segunda beneficiou-se com a expansão da terceira, de modo que soube ampliar suas atividades para

atender o crescente mercado urbano e “expandir a faixa monetária de suas atividades produtivas” (p. 209). No Paraná, a expansão das exportações de erva-mate trouxe um duplo benefício, pois os colonos puderam, ao mesmo tempo, dedicarem-se a seu cultivo e à produção de gêneros de subsistência, o que teria possibilitado um incremento significativo de seus rendimentos. No Rio Grande do Sul, a economia pecuário-charqueadora da metade sul, de antiga colonização ibérica e predominantemente latifundiária, passava a conviver com uma economia cada vez mais dinâmica e empreendedora na metade norte.

Com isso, a economia gaúcha, similarmente a do Paraná, passa a conviver com “dois setores”, embora tenha uma diferença com relação a esta, pois tanto a economia pecuário-charqueadora como a colonial produziam fundamentalmente para o mercado interno. Ao se expandir, a economia colonial passava a exportar seus excedentes crescentes a outros pontos do país, “colocando alguns produtos de qualidade, como o vinho e a banha de porco” (p. 210). Em termos de mercado, portanto, a dualidade gradualmente deixou de existir, unindo os políticos gaúchos na defesa do mercado interno e da austeridade monetária e cambial, o que, por vezes, contrariava os interesses exportadores (e permite que se levante hipótese sobre razões de natureza econômica, além das políticas, para explicar a união estadual em torno da candidatura de Vargas à Presidência da República em 1929 e, posteriormente, na “Revolução de 1930”).

Durante a Primeira República, o Rio Grande do Sul ficou conhecido como “celeiro do Brasil”. O censo de 1920 registra que o estado, além de ser o maior produtor brasileiro de produtos pecuários, como carne, charque e couros, com os maiores rebanhos e de melhor qualidade, ocupava também a mesma posição na produção de lã, batata-inglesa, cera, manteiga, trigo, mel e vinho; o segundo lugar na produção de farinha de mandioca e fumo; e o terceiro na de arroz, feijão, erva-mate e polvilho. Destacava-se ainda na produção de cevada, aguardentes, alfafa, mandioca, uvas e lentilha (Fonseca: 1989, p. 40). Antonio Barros de Castro, em uma análise também de cunho estruturalista, asseverou que “foi o único caso bem sucedido de desenvolvimento voltado para dentro” (1971, p.121).

Os capítulos finais de FEB, especialmente os de número 30 a 33, ao abordarem a crise da economia cafeeira e o conseqüente deslocamento do “centro dinâmico” da agroexportação para o mercado interno, sob o impulso do crescimento industrial, constituem a parte mais criativa, empolgante e

citada da obra. De certo modo, vale repetir, o leitor é conduzido em suspense até lá chegar. Antes de 1930 a história acontece, mas não muda estruturalmente: volta-se para fora, assenta-se em uns poucos produtos de exportação, com limitado efeito multiplicador no conjunto do sistema econômico. É a partir de 1930 que a experiência das economias meridionais, de voltar-se “para dentro” e com diversificação, transforma-se em modelo de desenvolvimento nacional, embora sob a liderança da indústria e não da agricultura.

O livro, conquanto marcado pela abordagem estruturalista com ênfase nas variáveis “estritamente econômicas”, não deixa de perceber que esta mudança decorreu, em boa parte, de motivações políticas. Furtado considerava o empresariado industrial fraco para se impor politicamente e liderar um movimento do porte da “Revolução de 1930”. Realisticamente, percebeu que o Governo Provisório que assumira naquele ano pouca margem de manobra teria, no curto prazo, afora fazer uma política de defesa do café, embora, caso repetisse as políticas das décadas anteriores, corresse o risco de a proteção aumentar ainda mais a oferta do produto e agravar a superprodução. Asseverou, então, que o novo governo levou a cabo “*inconscientemente*, uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados” (p. 272 – grifos meus). Esta afirmação, como outras asserções da obra, possibilitou rica hipótese para pesquisas posteriores, voltadas a desvendar se havia ou não um projeto de industrialização do país já na década de 1930, quando houve o “deslocamento do centro dinâmico”, ou se este só mais tarde poderia ser detectado (Fonseca: 2003).

Em uma das últimas passagens de FEB em que fez referência aos estados sulinos, Furtado não deixou de arriscar uma hipótese de natureza política para explicar a “revolução”. Com este ato, colocou em prática o propósito metodológico segundo o qual “o estruturalismo latino-americano (...) teve como *objetivo principal* pôr em evidência a importância dos ‘parâmetros não-econômicos’ dos modelos macroeconômicos” (Furtado: 1983, p. 72 – grifos meus). Como a mostrar que, embora não fosse esse o objeto de FEB, a abordagem estruturalista não prescindia, ao explicar as mudanças de vulto, das variáveis políticas. Em famosa nota de rodapé do capítulo 32, escreveu: “O movimento revolucionário de 1930 – ponto culminante de uma série de levantes militares abortados, iniciados em 1922 – tem sua base nas populações urbanas, particularmente na burocracia militar e civil e nos grupos industriais, e constitui uma reação contra o excessivo

predomínio dos grupos cafeeiros – de seus aliados da finança internacional, comprometidos na política de valorização – sobre o governo federal” (p. 282).

A partir da década de 1930, com a industrialização através da substituição de importações, os estados sulinos integraram-se definitivamente à economia brasileira, extravasando o papel de meros fornecedores de produtos primários. As inter-relações espaciais tornaram-se mais complexas e cada um deles seguiu sua própria trajetória. Mas os marcos estruturais assinalados por Celso Furtado permanecem até hoje; muitos ainda vêem estes estados como algo homogêneo - uma Região Sul com personalidade própria dentro do mosaico de diversidade regional que é a economia brasileira.

### **Referências Bibliográficas:**

CASTRO. Antonio Barros de (1971). *7 ensaios de economia brasileira*. Rio de Janeiro, Forense, v.2.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra (1989). *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo, Brasiliense.

\_\_\_\_\_ (2000). “As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino”. *Revista brasileira de economia*. Rio de Janeiro, RBE/FGV, 54(3): jul./set. p. 333-58.

\_\_\_\_\_ (2003). “Sobre a intencionalidade da política industrializante no Brasil na década de 1930”. *Revista de economia política*, São Paulo, 89: jan/mar, p.133-48.

FURTADO, Celso (2007). *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras. 34. ed.

\_\_\_\_\_ (1983). *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo, Abril Cultural (Coleção “Os Economistas”).

PESAVENTO, Sandra Jatahy (1980). *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Mercado Aberto.

PRADO Jr, Caio (1979). *Formação do Brasil contemporâneo – colônia*. São Paulo, Brasiliense.

RANGEL, Ignácio (1981). “A história da dualidade brasileira”. *Revista de economia política*, São Paulo, (4): out/dez, p. 5-34.